

A Unificação Monetária em Portugal

Rita Martins de Sousa (ISEG/UTL)

Resumo

O artigo analisa a unificação monetária de Portugal (Continente e Ilhas) concretizada entre 1879 (Madeira) e 1931 (Açores). Num primeiro momento, analisa-se o quadro monetário das ilhas, onde dominava na circulação a moeda estrangeira e a moeda insular ou moeda fraca, enquanto moeda com ágio em relação à moeda continental. A fraca integração do espaço económico insular com o espaço económico continental justificará estas características. As propostas de integração monetária apresentadas no século XIX serão analisadas num segundo momento. Portugal confrontou-se com conflitos de interesses na unificação do sistema monetário com o espaço insular. Um longo século mediou entre a alteração do estatuto administrativo e a integração monetária portuguesa. Mas, Madeira e Açores também tiveram percursos diferentes. Se no primeiro dos espaços insulares a oposição às propostas de integração não se fizeram sentir, nos Açores os ecos da oposição no parlamento adiaram a integração para 1931. Compreender os interesses que protelaram a união monetária será um dos objectivos deste artigo, o que corresponde a explicar porque data de 1931 a integração monetária de Portugal.

Introdução

A recente união monetária europeia tem vindo a renovar o interesse científico pela problemática da integração monetária, e nesse sentido a reflexão histórica tem sido um dos meios prospectivos do quadro dessa união¹.

A inclusão de Portugal no espaço monetário europeu pôs fim a uma soberania monetária existente desde o século XIII, quando pela lei de almotaxaria de 26 de Dezembro de 1253 se tornou obrigatória a utilização da libra como unidade monetária. Sete séculos passaram entre a formação de um sistema monetário autónomo e a unificação monetária de Portugal (Continente e ilhas). No entanto, ocorrendo a ocupação das ilhas séculos depois da unificação política do Continente, a sua inclusão no espaço monetário continental só veio a realizar-se após a modificação do estatuto administrativo do espaço insular. Os Açores passaram a ter o estatuto de província em 1832 (decreto de 4 de Junho), enquanto na Madeira este estatuto foi adquirido em 1833 (decreto de 28 de Junho). Apesar desta alteração, a união monetária só integrará a Madeira em 1879 e o arquipélago açoriano em 1931. Foi o Decreto com força de Lei 19869 de 9 de Junho de 1931 que determinou no seu artigo 1º: “*vigorar-se-á no Continente e ilhas adjacentes o seguinte regime de moeda*”.² A integração concretizava-se assim, com a reforma monetária de 1931 que unificou a moeda de Continente e ilhas e confirmou o papel do Banco de Portugal, como banco central (Valério, 2001: 140-142)³.

Compreender os factores que determinam as integrações monetárias tem sido tema central das diversas perspectivas teóricas que abordam a integração europeia. Ora, o conceito mais debatido tem sido o de zona monetária óptima (Mundell, 1961)⁴. Zona monetária óptima é aquela que, em presença de choques externos assimétricos, apresenta processos automáticos de ajustamento que tornam desnecessárias

¹ Veja-se, por exemplo, Holtfrerich (1993), Bordo, Jonung (1999), Flandreau, Maurel (2001), Valério (2003).

² Diário do Governo, 9 de Junho de 1931, I série, número 133, sublinhados nossos.

³ Segundo Valério, 2001, os decretos com força de lei de 9 de Junho de 1931 visavam também a adopção do sistema do padrão-divisas-ouro como regime monetário de Portugal.

⁴ A literatura é vasta no entanto, sem qualquer preocupação de enumeração exaustiva, veja-se por exemplo, Bayoumi, Eichengreen (1996), Bordo, Jonung (1999), Flandreau, Maurel (2001).

modificações das taxas de câmbio entre as regiões. A existência de mobilidade do factor trabalho, a flexibilidade salarial, assim como a existência de transferências financeiras entre a autoridade central e a região ou país afectado, apresentam-se como as condições para o ajustamento automático. Na abordagem mundelliana um país multiregional deveria ser dividido em diversas zonas monetárias, pelo que não ocorreria integração. Isto porque cada região corresponderia a uma zona com total mobilidade interna de factores de produção sobretudo do factor trabalho, verificando-se entre essas regiões imobilidade, pois o mecanismo de ajustamento seria as taxas de câmbio.

O facto de nem todas as uniões monetárias decorrerem da presença à priori de uma zona monetária óptima, faz com que as abordagens mais recentes discutam então, a existência de uma zona monetária óptima *ex ante* ou a sua criação *ex post*. Por contraste com a tradicional teoria das zonas monetárias óptimas, a unificação monetária apresenta-se, segundo estas novas abordagens teóricas, como uma decisão exógena, como uma decisão mais dependente de motivos políticos do que económicos (Flandreau, Maurel, 2001). Apontado como conceito estático e a-histórico, os estudos centram-se em contributos diacrónicos, encontrando assim outras variáveis explicativas dos processos de integração monetária (Bordo, Jonung, 1999). Destacam-se as variáveis políticas novamente.

Perspectiva-se neste texto uma análise da unificação monetária nacional. O conceito de unificação monetária nacional é problemático. Bordo e Jonung (1999) definem união monetária nacional quer como a utilização de uma unidade monetária comum e de igual valor em todo o espaço monetário, quer como a criação de uma única autoridade monetária, normalmente um banco central. Carl-Ludwig Holtfrerich (1993) confina a existência de uma união monetária nacional a padrões monetários e taxas de senhoriação idênticos, uma vez que as funções de um banco central são diferenciadas nos séculos XIX e XX⁵. Estas duas concepções conduzem a conclusões distintas quanto ao peso dos factores políticos na história das integrações monetárias. O processo de unificação monetária da Alemanha no século XIX, serve o debate. Na primeira acepção de integração monetária a unificação política alemã terá precedido a monetária, enquanto a conclusão será inversa quando considerada a definição mais restrita de integração⁶. São reflexões teóricas que permitem demonstrar que a criação de uniões

⁵ Valério (2003) apresenta igual perspectiva.

⁶ O artigo de Holtfrerich (1993), procura demonstrar que a unificação monetária precedeu a unificação política no caso da Alemanha, utilizada como paradigma pelos cépticos, como o autor os designa, da

monetárias nacionais não pode ser explicada pela existência à priori de uma zona monetária óptima; outros factores, nomeadamente os políticos, terão de ser considerados.

Neste texto o estudo sumário da construção de um espaço monetário integrado entre o Continente e as ilhas será desenvolvido ao longo de dois momentos. Num primeiro, observaremos o quadro monetário das ilhas, onde imperava a moeda insulana ou moeda fraca, enquanto moeda com ágio em relação à moeda continental. O quadro monetário insular funcionará como reflexo de alguns interesses aí estabelecidos e, nessa medida, ajudará a explicar as diferenças temporais da unificação existentes entre a Madeira e os Açores. Observaremos também como a dimensão comercial e emigratória não conferem a estes espaços as condições necessárias para a existência de uma zona monetária óptima.

As propostas de integração monetária apresentadas no século XIX serão analisadas num segundo momento. Portugal confrontou-se com conflitos de interesses na unificação do sistema monetário com o espaço insular. Um longo século mediou entre a alteração do estatuto administrativo e a integração monetária portuguesa, apesar das discussões parlamentares oitocentistas e até mesmo da existência de uma proposta de integração monetária europeia apresentada por Carlos Morato Roma, em 1861 (Cardoso, 2004). Mas, Madeira e Açores também tiveram percursos diferentes. Se no primeiro dos espaços insulares a oposição às propostas de integração não se fizeram sentir, nos Açores os ecos da oposição no parlamento adiaram a integração para 1931. Compreender os interesses que protelaram a união monetária será um dos objectivos deste artigo, o que corresponde a explicar porque data de 1931 a integração monetária de Portugal. Certamente, não terá sido por ser uma zona monetária óptima a priori.

unificação monetária europeia. Para estes a integração monetária deu-se com a introdução do marco e a fundação em 1 de Janeiro de 1876 do Reichsbank. Para Holtfrerich, a integração monetária ocorreu em 1857, data em que o *Thaler* se generaliza como unidade monetária de todos os estados da União Aduaneira Alemã, ou seja, antes da unificação política de 1871.

1. O quadro monetário do espaço insular

Na ilha da Madeira e no arquipélago dos Açores a circulação monetária foi caracterizada por algumas continuidades em relação ao século anterior⁷. A manutenção da circulação de moeda com um valor intrínseco inferior ao valor nominal, isto é, moeda insulana ou moeda fraca⁸, a escassez de moeda com cunho continental, o peso na circulação de moeda estrangeira com valores fixados arbitrariamente e a moeda falsa, são as principais continuidades a registar⁹. Espécies estrangeiras e moeda fraca, são elementos que sobressaem no quadro monetário das ilhas.

A diferença de valor entre a moeda insulana e a moeda do Continente manteve-se até à data da unificação. Esta diferença trouxe algumas receitas para o Tesouro decorrentes da contra-marcação da moeda nacional e estrangeira em circulação, e encontrou o seu principal objectivo na tentativa de evitar a exportação de moeda das Ilhas para o Continente. A acreditar nas referências incessantes à insuficiência de moeda para as transacções internas, este objectivo não foi alcançado¹⁰. “Falta de dinheiro para paga da real fazenda, dos proprietarios dos vinhos, falta o giro das letras (...)” (Vieira, 1993: 56) eis as palavras enviadas pela Câmara do Funchal à Junta da Real Fazenda em 1813. Os pagamentos em espécie, nomeadamente os pagamentos a soldados, é um sinal da insuficiência de meios de pagamento, atendendo ao volume das transacções, no espaço insular (Silva, 1993, vol. I: 366).

Contudo, o ágio legal não só era diferente conforme o tipo de moedas, como o seu valor era inferior ao ágio comercial. Por exemplo, o ágio da moeda insulana açoriana “consagrado pelo tempo e pelo habitos”¹¹ era de 25% e foi sancionado pelo decreto de 2 de Julho de 1833, no que se refere à moeda de prata espanhola e às moedas

⁷ Para uma análise da circulação monetária no arquipélago açoriano na segunda metade do século XVIII pensamos ser indispensável a leitura do trabalho de Mendes, 1995. Nesta obra analisam-se os mecanismos económicos e sociais da moeda revelando-se os interesses e as conflitualidades presentes no jogo monetário. Ver também Meneses, 1995. Para a ilha da Madeira ver Vital, 1982, Silva, 1993, Silva e Meneses, 1998.

⁸ Registava-se um ágio entre a moeda do continente (moeda forte) e a moeda das ilhas (moeda fraca).

⁹ Na segunda metade do século XVIII moeda cerceada, moeda falsificada e moeda estrangeira eram parte integrante da massa monetária em circulação. Veja-se as razões explicativas desta situação na ilha dos Açores em Mendes, 1995: 9-39.

¹⁰ O mesmo se passou no século XVIII, pois a extracção de moeda forte para o reino continuou, apesar do ágio verificado. Ver Silva, 1993, vol. I: 351-366, e Rego, 2000: 333-334.

¹¹ Palavras do Ministro da Fazenda em 1887. Ver *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão de 1 de Julho de 1887: 1513.

brasileiras de três patacas¹². Tal ágio legal era no entanto, superior para algumas moedas. As moedas de cobre tinham um ágio de 50% (Aragão, tomo II, 1877: 206), enquanto em 1848 quando se ordenou que as patacas em circulação no Continente por 920 réis circulassem nos Açores como moeda fraca por 1 200 réis, estabeleceu-se um ágio de aproximadamente 30%¹³. Se esta é a diferença legal, no mercado monetário açoriano este ágio ainda era superior apresentando variações em função dos movimentos de especulação. Os prémios de transferência elevavam o ágio da moeda insular, como foi o caso dos vales de correio que, devido aos movimentos especulativos ligados à prata, veriam o seu ágio subir para 27% em 1886 e para 32% em Fevereiro de 1887. A compra de prata castelhana realizada no Oriente por comerciantes que posteriormente monopolizavam a emissão de vales do correio sobre Lisboa é a explicação apresentada na Câmara dos Deputados¹⁴. Referir que o ágio da moeda açoriana era de 25% é uma simplificação, pois não só o ágio legal era superior nalguns casos a essa percentagem, como também as moedas eram transaccionadas pelo seu valor comercial e não pelo seu valor legal. O papel dos comerciantes pode começar a ser avaliado.

Na ilha da Madeira também circulava moeda fraca, mas o ágio legal era inferior. A diferença de 1/16 é sistematicamente referida e fica consagrada como tendo sido esse o ágio legal no artigo 2º da carta de lei de 1879, que determinou a unificação monetária madeirense com o Continente.

A moeda estrangeira é outro dos traços característicos da circulação insular ao longo do século XIX. Em vésperas da unificação monetária da ilha da Madeira com o continente, moedas de ouro e de prata espanholas, moedas inglesas e americanas, assim como moedas de prata bolivianas, chilenas, columbianas, argentinas e mexicanas, contavam-se entre as moedas legais em circulação (Silva e Meneses, 1998: 377-379). Nos Açores, a moeda espanhola dominava a circulação. Razão para os deputados açorianos afirmarem que “se a cunhagem da moeda é uma das primeiras prerogativas da

¹² O decreto de 2 de Julho de 1833 estabelece que as *patacas* circularão com o valor de 1200 réis, as *meias patacas* por 600 réis, as *serrilhas colonarias* por 250 réis e as *não colonarias* por 240 réis, as *meias serrilhas* e os *quartos de serrilha* por 120 e 60 réis, respectivamente, enquanto para as moedas brasileiras de *três patacas* é estabelecido o valor de 1200 réis.

¹³ Trata-se da portaria de 10 de Outubro de 1848. De notar igualmente que nos cálculos que estamos a apresentar consideramos o valor da moeda nas Ilhas em relação ao valor da moeda no Continente, pois se a perspectiva for contrária o ágio altera-se, sendo o mais frequente o de 20%. Assim se compreende que nas propostas de unificação monetária apresentadas pelo poder central, se proponha um abatimento nos impostos de 1/5, precisamente porque a relação do valor legal da moeda nos Açores para o mesmo valor no Continente expresso em réis é de 5 para 4.

¹⁴ *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão de 1 de Julho de 1887: 1513.

soberania, mais parecem os Açores possessões hespanholas do que terras portuguesas” (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 1 de Julho de 1887: 1513).

As reduzidas emissões monetárias realizadas na Casa da Moeda de Lisboa para as ilhas, a orientação do comércio insular, assim como os destinos da emigração, são factores que contribuíram para a abundância da moeda estrangeira na oferta monetária do espaço insular.

Na *Estatística das moedas de ouro, prata, cobre e bronze, que se cunharam na Casa da Moeda de Lisboa desde o 1º de Janeiro de 1752 até 31 de Dezembro de 1871* (Aragão, tomo II, 1877: 420-436) podemos constatar que a amoedação de prata se reduziu em cerca de 82 contos, para os Açores e Madeira, e a de cobre a pouco mais de 29 contos. Em termos comparativos, para o Continente e no mesmo período as emissões foram de cerca de 39 000 contos para a prata e de cerca de 654 contos para o cobre. As emissões de prata e cobre insulares representaram apenas 2.8% das emissões do Continente. O diferencial é assim muito significativo e bem superior à diferença populacional e económica entre os dois espaços¹⁵. Sublinhe-se igualmente a ausência de emissão de moeda de ouro numa época em que o bimetalismo era o regime monetário vigente. O ouro em circulação teria tido sobretudo cunho estrangeiro.

Orientado para a Grã-Bretanha e para os EUA o comércio insular não atraía mais moeda de cunho continental (João, 1991; Silva e Meneses, 1998; Dias, 1999). A própria legislação admite nos seus preâmbulos esta realidade. O decreto de 4 de Maio de 1842, por exemplo, justifica a legalização da circulação de um conjunto de moedas dos EUA na ilha da Madeira através da intensidade das relações comerciais¹⁶. A dificuldade de comunicações¹⁷ e a falta de complementaridade comercial entre as ilhas e o Continente, explicarão o destino inglês e americano quer do vinho madeirense, quer dos cereais e da laranja açoriana. A emigração terá também acompanhado estas rotas comerciais, nomeadamente a que se realizou para os EUA, muito embora o Brasil tenha sido igualmente um dos destinos, numa continuidade setecentista (Leite, 1994: 178-200).

¹⁵ A nível populacional, a Madeira contava com cerca de 110 000 habitantes em meados de oitocentos (Leite, 1994: 189), enquanto os Açores tinham 110 764 habitantes em 1864 (Pereira, 1957: 908). Assim, se contemplássemos apenas as emissões para as Ilhas, obteríamos um valor insignificante para a oferta monetária por habitante.

¹⁶ Ver decreto em Aragão, tomo II, 1877: 406.

¹⁷ Em meados do século XIX, só um navio português, o *Galgo*, fazia viagens regulares entre a Madeira e Lisboa, enquanto outras companhias de navegação, nomeadamente inglesas, visitavam a ilha da Madeira com maior regularidade.

No arquipélago dos Açores, em 16 de Novembro de 1833 foi suspenso o curso forçado aos soberanos de ouro, aos pesos duros e às moedas brasileiras de três patacas¹⁸. Crise monetária e dificuldades criadas ao comércio são as consequências apontadas em algumas memórias (Freitas, 1887: 412-413). O recebedor geral da província ocidental dos Açores reage, considerando ser necessária a circulação das moedas estrangeiras. Em 1834 (portaria de 12 de Março) essa legalização concretiza-se, ficando suspensa apenas a aceitação do soberano, que só passou a ter curso legal novamente, alguns anos mais tarde – em 1859¹⁹. Sublinhe-se *curso legal*. Consultando os câmbios oferecidos por Salomão Bensaúde entre 1849 e 1860 aí se encontra o câmbio da libra cujo valor seria função das leis do mercado monetário (Dias, 1999: 388). E quando em 1859 o câmbio da libra é legalmente fixado em 5 600 réis, Salomão Bensaúde oferece em S. Miguel 5650 réis e no ano seguinte na mesma praça 5 675 réis. Eram de facto as leis do mercado monetário.

Na Província da Madeira e Porto Santo, mesmo com um câmbio inferior ao do arquipélago açoriano, o câmbio da libra também é superior ao do Continente. Em 1835 o câmbio da libra é legalmente fixado em 4 600 réis, para em 1842 esse valor voltar a subir para 4 800 réis, câmbio legal à data da unificação em 1879. Mas a diminuição das exportações de vinho da Madeira para Inglaterra a partir de 1815, e o aumento das exportações para os EUA a partir da década de 1830 (Silva e Meneses, 1988: 154-161) tornam necessária a legalização das moedas americanas. A Junta do Distrito, a Associação Comercial, a Câmara Municipal do Funchal foram os porta-vozes das exigências dos exportadores de vinho madeirense. Em 1842 foi concedido poder liberatório às moedas de ouro e de prata emitidas nos EUA²⁰.

A moeda falsa é outra das realidades dos sistemas de moeda-mercadoria²¹. Nos Açores, a emissão de moeda de bronze, os designados ‘malucos’, para suprir dificuldades financeiras do governo liberal da Terceira aumentaram a circulação de moeda falsa. A moeda de bronze ou era cunhada na Casa da Moeda de Angra²² ou era

¹⁸ O decreto de 16 de Março de 1830 deu curso legal ao soberano sendo o seu valor de 4150 em moeda forte e de 5175 em moeda fraca.

¹⁹ A Lei de 16 de Abril de 1859 declara que os soberanos de ouro teriam curso legal nos Açores pelo valor de 5 600 réis.

²⁰ Ver decreto de 4 de Maio de 1842 em Aragão, tomo II, 1877: 406.

²¹ Sobre o fabrico e circulação de moeda falsa nos Açores, entre 1830 e 1841, ver nomeadamente Silva, 1997: 99-111.

²² Considerando-se já existir moeda de bronze suficiente para cobrir as necessidades em circulação, os trabalhos da Casa da Moeda de Angra, aberta por decreto de 5 de Abril de 1830, foram suspensos em 16 de Junho desse mesmo ano. Necessidades do comércio interno ditaram a sua reabertura em 27 de Junho de 1831.

importada de Inglaterra, chegando em barricas misturada com pregos de ferragens (Aragão, tomo II, 1877 e Freitas, 1887). Com um valor nominal significativamente superior ao valor intrínseco, ainda circulava por um valor superior. De facto, circulava por 100 réis enquanto o seu valor facial era de 80 réis. Se quisermos um termo de comparação, as moedas de bronze cunhadas no Continente tinham um valor facial de 40 réis, nesta época²³. Isto significa que no arquipélago estas moedas podiam entrar num número significativo de transacções. Talvez por isso a Associação Comercial de Ponta Delgada refira que a circulação de moeda de bronze tinha feito desaparecer o ouro e a prata (Dias, 1994: 23-25), tanto mais que os pagamentos podiam ser efectuados, no todo ou em parte nesta moeda²⁴.

Os problemas levantados por este tipo de circulação tornam-se claros no relatório elaborado por Mouzinho da Silveira em Ponta Delgada e com data de 8 de Junho de 1832²⁵. Refere o então Ministro da Fazenda: “O valor real de semelhantes moedas [as moedas de bronze] é insignificante a respeito do seu valor nominal; e, não tendo semelhante moeda circulação no Reino, estraga todas as relações commerciaes das Ilhas com o Reino” (Aragão, tomo II: 393). Os problemas levantados pela circulação desta moeda provinham igualmente do seu curso se confinar ao arquipélago. Extinto o seu fabrico em Junho de 1832, decretado o seu resgate em Dezembro desse mesmo ano, este foi difícil de concretização. Legalmente cunhados 111 contos²⁶, Mouzinho da Silveira considerava o seu resgate pesado para o Tesouro, pois o montante em circulação seria superior se atendermos às que tinham sido fabricadas fraudulentamente. De facto, segundo o decreto de 7 de Dezembro de 1832 seriam aplicados 40 contos ao resgate das moedas de 100 réis que passariam a circular por 40 réis. Para cobrir a diferença entre os 100 e os 40 réis eram passados títulos que venciam um juro de 3% e que eram pagos como Títulos de Dívida Pública. Mas logo em Abril de 1833 autoriza-se a fundição de todo o bronze que circula nas moedas de 100 réis e a cunhagem de mais moeda de bronze, mas agora com o valor de 50 réis e semelhantes às

²³ No entanto, no Continente a cunhagem de moedas de bronze atingiu o montante de cerca de 1 182 contos, como pode ser constatado na *Estatística das moedas de ouro, prata, cobre e bronze, que se cunharam na Casa da Moeda de Lisboa desde o 1º de Janeiro de 1752 até 31 de Dezembro de 1871* (Aragão, tomo II, 1877: 436).

²⁴ O decreto de 5 de Abril de 1830 refere: “os pagamentos possam ser feitos na dita moeda de bronze, ou em moeda de cobre, em todo ou em parte, a arbitrio dos devedores, sem embargo das Ordenações e Leis, que taxão as quantias que os credores podem ser obrigados a receber em moeda de cobre”.

²⁵ A reprodução deste relatório, assim como a proposta de decreto para acabar com as moedas de bronze podem ser encontradas em Aragão, tomo II: 393-395.

²⁶ Note-se que na Casa da Moeda de Lisboa emitiram-se cerca de 1182 contos de moedas de bronze entre 1811 e 1834, para circularem no Continente.

de 40 réis cunhadas na oficina monetária de Lisboa. Interessante será encontrarmos na carta de lei de 3 de Agosto de 1887, um artigo que menciona a substituição da moeda de bronze que corre nos Açores pela de 20 réis que tinha sido adoptada para o Continente desde 1882²⁷.

A moeda de cobre foi falsificada igualmente em grande escala, e por isso mereceu a atenção da Associação Comercial e da Câmara Municipal de Ponta Delgada (Dias, 1994: 23-25). Enquanto no Continente um arrátel de cobre tinha o preço de 360 réis, na moeda insulana atingia os 720 réis nos vinténs e 10 réis e os 600 réis nas moedas de 5 réis (Aragão, tomo II, 1887: 205). Moeda fraca, moeda falsificada. Os empresários da Associação Comercial de Ponta Delgada endereçavam as suas súplicas à monarquia.

Em suma, apesar de o bimetalismo ser teoricamente o regime monetário vigente nas Ilhas, o seu funcionamento confina-se à circulação de moedas de ouro e de moedas de prata, pois as variações frequentes do próprio ágio legal demonstram a inexistência de uma relação fixa entre os dois metais. A inexistência de emissões monetárias de ouro para as Ilhas ao longo do século XIX, faz com que as moedas de ouro em circulação sejam sobretudo as moedas estrangeiras.

Assim, estas características do quadro monetário insular justificam, as afirmações apresentadas pelo então Ministro da Fazenda, António de Serpa Pimentel, na fundamentação do projecto ‘Extinção da moeda fraca nas Ilhas’: “Filha das necessidades de outra epocha e sobretudo da falta de communicações seguras e regulares com o continente, a *circulação de moedas estrangeiras*, e *sobre tudo o valor até certo ponto arbitrario que se lhes deu legalmente*, constituem hoje um systema de moeda fraca inconveniente para o uso e para as transacções, e contra o qual ha longo tempo reclamam os insulanos” (DCD, sessão de 12 de Janeiro de 1875: 61, sublinhados nossos). A circulação monetária nas ilhas carecia de uma maior disciplina de modo a evitar-se a especulação. O pouco peso de moeda portuguesa na circulação era um indicador da fraca integração do espaço económico insular com o espaço económico continental.

²⁷ A carta de lei de 31 de Maio de 1882 autorizou o governo a cunhar 2 000 contos em moeda de bronze para substituir as moedas de cobre e bronze que se encontravam em circulação no reino e no distrito do Funchal e estabelece valores faciais de 20, 10 e 5 réis.

2. A unificação monetária com o Continente²⁸

Os inconvenientes económicos da diferenciação dos sistemas monetários entre as Ilhas e o Continente por um lado, e entre a Madeira e os Açores por outro, eram reconhecidos.

Em 1855, na Câmara dos Deputados o parlamentar açoriano Silva Maia declara não ser possível admitir por muito mais tempo a “anarchia monetaria” existente nas ilhas dos Açores (*DCD*, sessão de 20 de Abril de 1855: 191). Vinte anos mais tarde, em 1875, na mesma Câmara, António de Serpa Pimentel reconhece “as dificuldades praticas” de alterar a situação monetária “sem prejuizo do estado ou dos interesses estabelecidos” (*DCD*, Sessão legislativa de 12 de Janeiro de 1875: 61). E estes interesses manifestaram-se mais fortemente nos Açores. Na ilha da Madeira os protestos não tiveram eco parlamentar. Tal explicará que em 1879, e antes do arquipélago açoriano, essa união monetária entre a Madeira e o Continente se tivesse concretizado. Na própria proposta de lei da unificação monetária madeirense apontam-se as razões da oposição açoriana: um valor comercial diferente do valor legal para algumas moedas estrangeiras, o interesse dos que lucravam com o ágio das moedas e as dificuldades inerentes à aceitação de inovações relacionadas com pesos e medidas.

Que interesses impediram a unificação monetária do arquipélago açoriano com o Continente?

Na carta de lei de 3 de Agosto de 1887, ficou estabelecido que passaria a existir um regime transitório, sendo este um passo importante para a uniformização monetária. Esta carta de lei autorizava o governo a emitir moeda necessária de forma a serem retiradas de circulação as moedas de prata com curso legal, nos distritos de Angra, Horta e Ponta Delgada. Determinava igualmente os valores das novas moedas, o da libra esterlina e os das moedas portuguesas de ouro no arquipélago dos Açores, e autorizava o governo a substituir a moeda de bronze que ali circulava pela que era adoptada no Continente. Assim, manteve-se o ágio legal de 25%, mas uniformizou-se o

²⁸ Os projectos de reforma monetária para o arquipélago dos Açores datam do século XVIII. Para uma análise explicativa e crítica dessas propostas, apresentando-se os motivos sociais e políticos que moviam os seus autores ver Mendes, 1995: 39-63.

tipo de moeda. No período anterior, o ágio nas moedas era obtido por via da diferença de peso entre a moeda cunhada para os Açores e para o Continente, pois a moeda cunhada para o arquipélago era moeda com menor peso em metal.

A discussão parlamentar sobre a composição da amoedação da prata destinada ao arquipélago, torna claro que o poder central desejava pôr cobro à diferença entre moeda insulana e moeda continental. Os deputados açorianos defendiam a cunhagem de moedas de 400 e 800 réis, que circulariam nos Açores por 500 e 1 000 réis, respectivamente. O argumento evocado prendia-se com a maior facilidade na contagem, porque era incómodo as moedas terem valores fraccionados, como era o caso das moedas de 500, 200 e 100 réis que nas Ilhas circulariam por 625, 250 e 125 réis. No entanto, as moedas de 400 e 800 réis não foram cunhadas. Os valores fraccionados foram estabelecidos. Como bem resumiu o deputado Frederico Laranjo na sua intervenção na Câmara, “se esse typo da moeda fosse especial ás ilhas, não se conseguiria o fim *cuja realização se quer preparar com esta lei, a unificação do systema monetario no Continente e nas ilhas*” (DCD, sessão legislativa de 1 de Julho de 1887: 1518, sublinhados nossos).

Nesse mesmo ano de 1887²⁹, quando foi concedido o monopólio de emissão de notas ao Banco de Portugal, os distritos açorianos foram contemplados com notas de tipo e carimbo especial pagas à vista. Esta obrigação só viria a terminar quando ocorresse a unificação com a moeda do Continente.

Caminha-se no sentido da unificação monetária, mas contrariamente à ilha da Madeira, onde essa unificação monetária ocorreu em 1879³⁰, nos Açores ouviram-se protestos às tentativas encetadas pelo poder central. Secundarizando a proposta apresentada em 1869 pelo então Provedor da Casa da Moeda com vista à unificação da moeda do espaço insular e continental³¹, elegemos como momentos importantes da discussão relativa a essa unificação os anos de 1875, 1879, 1887 e 1890. Sistematize-se então, os principais argumentos a favor dessa unificação monetária.

Os inconvenientes económicos de um sistema monetário diferenciado são um dos elementos explicitados pelo Ministro da Fazenda em 1879³². Segundo este, a existência de uma integração monetária não só facilitaria os registos financeiros como

²⁹ Lei de 29 de Julho de 1887.

³⁰ Carta de lei de 2 de Maio de 1879. *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

³¹ Ver Aragão, tomo II, 1877: 225-226.

também estimularia as relações comerciais entre o Continente e as Ilhas. A transparência de preços e os menores riscos cambiais, variáveis que integram as decisões dos operadores económicos, não são ponderadas. Diferentes sistemas monetários implicavam elevados custos de transacção que só os agentes económicos bem informados saberiam contornar.

O caso dos Bensaúde afigura-se-nos como exemplar. O estudo de Fátima Sequeira Dias demonstra como aqueles dinamizaram o mercado das letras, de câmbio e da terra, durante o século XIX (Dias, 1999). Funcionando como autênticos banqueiros-comerciantes descontavam as letras entregando as quantias descontadas em moeda que circulava nas Ilhas. O ágio praticado era de 25%, tivessem as espécies monetárias cunho nacional ou estrangeiro. Por sua vez recebiam em moeda forte do Continente ou em moeda estrangeira, particularmente moeda inglesa. A sua atenção ao mercado monetário passava igualmente pelo dinheiro falso ou pelas espécies mais abundantes em circulação, uma vez que estas estariam a depreciação o seu valor comercial.

Na Ilha da Madeira o quadro monetário era mais favorável à integração, uma vez que as moedas estrangeiras apresentavam um valor comercial senão igual pelo menos próximo do valor legal. Os agentes económicos tiveram certamente ganhos cambiais menos avultados do que os obtidos no espaço açoriano.

No entanto, em que medida o quadro político no arquipélago açoriano terá contribuído para a maior dificuldade no processo de integração monetária em relação aos seus vizinhos insulares?

Os projectos foram apresentados, mas seguidos sistematicamente de protesto. O principal argumento de oposição relacionava a unificação monetária com o aumento de impostos. O projecto apresentado em 1890 foi alvo de veemente contestação na imprensa de Angra³³. “O governo exige-nos mais a quarta parte das contribuições que pagamos”, “O governo, afinal, exige o maior sacrificio para nós – a unificação da moeda”, o governo decretou “de assalto esse ardiloso empreendimento do cabo submarino á nossa custa”³⁴, eis algumas das passagens que elucidam o teor dos protestos. O estabelecimento de moeda forte é mesmo apelidado de calamidade. Ora, os direitos alfandegários já eram pagos em moeda forte, e sempre nos projectos de unificação era contemplado o abatimento de 1/5 nos impostos dos diversos distritos

³² Ver preâmbulo da proposta de lei número 69-F em *Diário da Camara dos Deputados*, Sessão legislativa de 7 de Fevereiro de 1879: 343.

³³ Ver, por exemplo, o periódico *A Evolução*.

açorianos. Em 1890, esse abatimento não abrange todos os impostos, mas é considerado para a contribuição predial e para a contribuição de registo, que é uma percentagem sobre o valor da propriedade, para os impostos em dívida até 31 de Dezembro de 1890, assim como para todos os contratos celebrados no período anterior à eventual entrada em vigor dessa unificação. Assim, mesmo que os impostos tenham de ser um argumento a considerar na oposição à unificação monetária, não serão o único.

Os lucros obtidos pela grande diferença entre o ágio legal e o ágio comercial e os negócios especulativos no mercado monetário, já anteriormente referidos, beneficiariam certamente alguns agentes económicos. Seriam estes os comerciantes de grosso trato? Tudo indica que sim³⁵. No periódico Terceirense *A Evolução* pode ler-se uma passagem sugestiva: “o governo quer o exclusivo da moeda estrangeira, que lhe é conveniente, com curso no reino”³⁶. As libras esterlinas eram a moeda estrangeira com curso no reino. Nos Açores, quem deteria mais moeda inglesa na composição da sua carteira monetária? Provavelmente os comerciantes da laranja que a exportavam para a Grã-Bretanha.

Como se explicam então, as cedências do poder central? Como se justifica que apenas em 1931 essa unificação tenha ocorrido? O discurso separatista emergente nas décadas de 1860 e 1870 foi um importante factor de pressão sobre o poder central. Na década de 1890 a tensão agudizou-se. Publicou-se o primeiro manifesto separatista e simultaneamente, surgiu o primeiro movimento autonomista organizado em Ponta Delgada. O discurso separatista dividiu-se entre a corrente mais conservadora que defendia a anexação dos Açores à Grã-Bretanha e os progressistas-históricos que orientavam as suas preferências para os EUA. A intensificação das relações comerciais e da emigração para a potência americana em ascensão na economia mundial tornou esta corrente cada vez mais relevante tanto em S. Miguel como na Terceira (João, 1989: 307-417). O projecto de integração monetária de 1890 surgirá num quadro político de contestação. Fortes protestos se fizeram sentir, mesmo que em Ponta Delgada a oligarquia local não se tenha unido à indignação manifestada nas outras ilhas. A proposta surgia colada à construção do cabo submarino que ligaria a costa do Continente com as costas das três ilhas açorianas, S. Miguel, Terceira e Faial, e

³⁴ *A Evolução*, nº174, 16 de Julho de 1890.

³⁵ O estudo de Margarida Vaz Rego sobre Nicolau Maria Raposo de Amaral, demonstra, para o século XVIII, como o jogo das moedas é um atributo do negociante grossista. Rego, 2000, em particular Capítulo 7: 332-365.

³⁶ *A Evolução*, nº174, 16 de Julho de 1890, sublinhados nossos.

beneficiaria o seu comércio³⁷. Considerado mais como um discurso de pressão sobre o poder central do que fundamentado numa identidade própria da região açoriana, o discurso separatista revelou-se eficaz, pois impediu o processo de integração monetária com o Continente. Não sendo este o espaço económico de integração, não se justificava também a união monetária. Esta era vista apenas como o pretexto de o governo do Continente arrecadar mais receitas ao espaço insular.

Uma segunda razão da cedência do poder central, certamente menos importante, até porque explicitada pelo próprio Ministro da Fazenda, articula-se com as dificuldades que se colocavam no esquema da troca de moeda, sobretudo da moeda estrangeira, nas diversas Ilhas do arquipélago. Decretar apenas o fim da circulação legal da moeda estrangeira prejudicaria os agentes económicos privados, uma vez que o câmbio das moedas era superior ao câmbio legal. Na Câmara dos Deputados discutem-se os prejuízos. As patacas espanholas que valiam 1 200 réis fracos ou 960 réis fortes teriam um câmbio de apenas 920 ou 930 réis, o que implicava um prejuízo de 30 a 40 réis em cada pataca detida pelos particulares. Se a alternativa fosse a troca pura e simples de moeda estrangeira por moeda forte nesse caso, seria o Estado o grande prejudicado, uma vez que incentivaria movimentos especulativos decorrentes do desfasamento temporal entre a apresentação do projecto na Câmara e a realização da operação de troca. Aliás, será de registar que no projecto de lei que estabeleceu o regime transitório de unificação monetária para os Açores se considerava que ainda se faziam sentir na economia madeirense dificuldades na execução da lei de união monetária naquela Ilha. Para além disso, ocorria o inevitável aumento de preços relacionado com selos, estampilhas fiscais, papel selado, alfândegas, entre outros. Nos Açores o ágio era superior. A união monetária teria efeitos económicos também superiores.

Interesses do Estado, interesses privados, terão condicionado as decisões. A conjuntura continental de final do século irá ser marcada pela crise financeira de 1891, pelo fim de um projecto liberal regenerador. No arquipélago açoriano o reforço das ideias separatistas e autonómicas obrigam a refriar os projectos de unificação monetária.

³⁷Esta falta de unanimidade já ocorria desde o século anterior. A introdução do papel-moeda no arquipélago, por Alvará de 8 de Janeiro de 1795, deixou de fora a ilha de S. Miguel. Ver Mendes, 1995: 59-63.

Conclusão

O espaço económico insular articulou-se economicamente, a nível comercial e emigratório, com a Inglaterra e com os EUA, ao longo de quase todo o século XIX. Pelo contrário, o Continente apresentava-se não como um espaço económico complementar, mas como um espaço concorrente e com relações comerciais pouco frequentes com o espaço insular. Na Madeira a importância crescente do mercado do Continente fez-se sentir entre 1878 e 1911 (Câmara, 2002), período em que a unificação monetária já tinha ocorrido. A integração comercial surgiu após o período dessa unificação.

A importância dos operadores económicos privados na manipulação das regras do mercado monetário, das regras de um mercado onde a transparência não se apresentava como uma das suas características, justificarão a manutenção da diferenciação monetária, sobretudo mais prolongada no caso açoriano. Os lucros obtidos pelos grandes negociantes que dominavam o mercado cambial compensariam os custos de transacção associados quer aos custos de informação, quer aos riscos cambiais.

A emergência do discurso separatista terá travado os avanços do poder central no sentido da uniformização monetária no arquipélago açoriano. A dimensão política explicará que entre os Açores e a Madeira a integração monetária tenha ocorrido em tempos diferentes. A integração monetária poderia conduzir a uma desintegração política. Esse receio não terá sido alheio ao poder político central.

A integração monetária ocorre em 1931, ano em que a moeda é unificada e o Banco Central assume as funções de ‘emprestador em última instância’. As condições políticas também se tinham alterado no espaço continental. A harmonização da política monetária possibilitava uma maior centralização e controlo do espaço insular. Alguns dos operadores económicos privados terão perdido a autonomia até aí conseguida na manipulação das regras do sistema monetário, pelo menos, teoricamente. A unificação monetária estava concretizada.

Referências bibliográficas:

A.A. V.V. (2004)

Economia Açoriana e História Económica e Empresarial, Actas do Colóquio, Açores: Banco Espírito Santo dos Açores.

Aragão, Teixeira de (1877)

Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal, Lisboa, 3 tomos.

Bayoumi, Eichengreen (1996)

“Operationalizing the Theory of Optimum Currency Areas”, *Centre for Economic Policy Research*, Discussion Paper nº1484.

Bordo, Michael; Jonung, Lars (1999)

“The Future of EMU: What Does the History of Monetary Unions Tell Us?”, *NBER Working Paper*, nº 7365.

Câmara, Benedita (2002)

A Economia da Madeira (1850-1914), Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cardoso, José Luís (2004)

“A proposal for a ‘European Currency’ in 1861: the forgotten contribution of Carlos Morato Roma”, *History of Political Economy*, vol. 36:2.

Diário da Câmara dos Deputados, diversos anos.

Dias, Fátima Sequeira (1994)

Em defesa dos interesses da ilha de São Miguel: as súplicas da Associação Comercial de Ponta Delgada à monarquia, 1835-1910, Ponta Delgada: Edição da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Dias, Fátima Sequeira (1995)

Em defesa dos interesses da ilha de São Miguel: a correspondência enviada para os Deputados e aos Ministérios, 1835-1910, Ponta Delgada: Edição da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Dias, Fátima Sequeira (1996)

Em defesa dos interesses da ilha de São Miguel: relatórios anuais da mesa da direcção, 1835-1910, Ponta Delgada: Edição da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Dias, Fátima Sequeira (1999)

Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: a casa Bensaúde e os Açores – 1800-1870, Ponta Delgada: Ribeiro e Caravana editores, 2ª edição.

Flandreau, Marc; Maurel, Mathilde (2001)

“Monetary Union, Trade Integration, and Business Cycles in 19th Century Europe: Just Do It”, *Centre for Economic Policy Research*, Discussion Paper nº3087.

Freitas, Bernardino José de Senna (1887)

“Memória histórica sobre a moeda nos Açores”, *Archivo dos Açores*, n.º 52, vol. IX, Ponta Delgada/S. Miguel.

Gonçalves, Ângela Borges; Nunes, Rui Sotero (1990)

Adenda às ilhas de Zargo, Funchal: Câmara Municipal.

Holtfrerich, Carl-Ludwig (1993)

“Did monetary unification precede or follow political unification of Germany in the 19th century?”, *European Economic Review*, 37, 518-524.

João, Maria Isabel (1991)

Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos regionalistas, Lisboa: Edições Cosmos.

Justino, David (1988-1989)

A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913, Lisboa: Editorial Vega, 2 vols.

Leite, Joaquim da Costa (1994)

Portugal and Emigration, 1855-1914, Columbia University.

Mendes, Francisco Manuel Ferreira de Azevedo (1995)

Crédito, moeda e fiscalidade em Ponta Delgada (1766-1800), Ponta Delgada: Universidade dos Açores, trabalho de síntese elaborado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica (policopiado).

Meneses, Avelino de Freitas de (1995)

Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770), Açores: Universidade dos Açores.

Mundell, R. (1961)

“A Theory of Optimum Currency Areas”, *The American Economic Review*, vol 51 (Setembro), 657-665.

Pereira, Eduardo C. N. (1956-7)

Ilhas de Zargo, Funchal: Câmara Municipal, 2 vols, 2ª edição.

Rego, Maria Margarida Vaz do (2000)

Uma fortuna do Antigo Regime: A Casa Comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, dissertação de doutoramento policopiada.

Reis, Jaime (1990)

“A Evolução da Oferta Monetária Portuguesa, 1854-1912”, *Série História Económica*, Banco de Portugal.

Silva, José Manuel Azevedo e (1993)

A Madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV-XVII), Coimbra: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento (policopiada).

Silva, Susana Paula Franco Serpa (1997)

Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada – Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841), Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Silva, Fernando Augusto da; Meneses, Carlos Azevedo de (1998)

Elucidário Madeirense, Funchal, 3 vols.

Sousa, Rita Martins de (2004 a)

“O sistema monetário açoriano no século XIX: a moeda insulana” in *Economia Açoriana e História Económica e Empresarial*, Actas do Colóquio, Açores: Banco Espírito Santo dos Açores.

Sousa, Rita Martins de (2004 b)

Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797), Lisboa: IN-CM, no prelo.

Valério, Nuno (1991)

“Periodização da História Monetária de Portugal”, *Estudos de Economia*, vol. XII, nº1, 3-18.

Valério, Nuno (2001)

O Escudo: a unidade monetária portuguesa 1911-2001, Lisboa: Banco de Portugal.

Valério, Nuno (2003)

“A Europa no espelho da Alemanha: em que medida a unificação da Alemanha (1815-1888) prefigura a unificação da Europa (1947-)?”, Comunicação ao 23^a Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Coimbra.

Vieira, Alberto (1993)

História do vinho da Madeira. Documentos e textos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.

Vital, Nestor Fatia (1982)

Pecúnia, tésseras e cédulas madeirenses, Lisboa: Ed. Gráfica Portuguesa.